

## **As empresas nacionais de construção e a ditadura civil-militar brasileira, 1964-1988**

**Pedro Henrique Pedreira Campos<sup>1</sup>**

As empreiteiras brasileiras constituem nos dias atuais algumas das maiores empresas privadas do país. A Operação Lava-Jato, deflagrada em 2014 pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, desnudou o poder e a presença que essas empresas dispunham em agências do aparelho de Estado brasileiro, como a Petrobrás e suas subsidiárias. As investigações e delações realizadas têm indicado como a força desses empresários não se restringe à estatal brasileira de petróleo, mas também se verifica em outras empresas públicas e autarquias, como a Eletrobrás, o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Valec (Engenharia, Construções e Ferrovia S. A.) *etc.* Essa apropriação que esses grupos econômicos exercem sobre segmentos do Estado brasileiro não foi criada recentemente e remete a períodos anteriores da história brasileira, em particular o período do regime civil-militar.

Um dos setores econômicos que foi mais beneficiado pelas políticas estatais e ganhou projeção no período da ditadura foi o da indústria da construção civil. Se antes do golpe civil-militar de 1964 havia no país empresas importantes no setor de construção já com projeção nacional, ao final do regime tínhamos um quadro de grandes grupos empresariais, de diversificada atividade econômica e atuação internacional, formados a partir de firmas da construção. Esses conglomerados econômicos (como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez) permanecem poderosos tanto econômica como politicamente no país nos dias de hoje. Examinar o seu desenvolvimento ao longo da ditadura parece necessário, visto que aquele foi um período central para o impulso ao setor e das empresas do ramo. Além do poder pós-ditadura, essas empresas foram altamente beneficiadas pelas políticas públicas ao longo do regime civil-militar, além de terem participado do golpe de Estado de 1964 e terem fornecido apoio logístico e financeiro ao aparato repressivo. Essa atuação justifica a análise específica e setorial da construção civil, em particular as empresas de construção pesada<sup>2</sup>, as mais poderosas desse segmento.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ e doutor em História Social pela UFF.

<sup>2</sup> A construção civil geralmente é dividida em subpartes, como a construção leve, responsável pela realização de edifícios urbanos; a montagem industrial, dedicada às obras de uso fabril; e a construção pesada, que reúne empresas que atuam em obras de infra-estrutura, como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, obras de artes especiais (viadutos, pontes e vias elevadas), usinas térmicas e hidrelétricas, dentre outros empreendimentos que demandam alta capacidade técnica e de pessoal. Mais detalhes sobre essa divisão e as

As principais empreiteiras brasileiras foram fundadas no período varguista e foram impulsionadas com as políticas estatais voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura da economia urbana e industrial brasileira. Assim, os principais grupos da construção pesada do país foram fundados nas décadas de 1930, 1940 e 1950, como fruto direto e consoante o processo de industrialização e urbanização na economia brasileira<sup>3</sup>. Após um desenvolvimento razoável nas décadas de 1930 e 1940, o setor da construção pesada teve o seu período mais importante de expansão até então na segunda metade da década de 1950, em virtude dos empreendimentos do período Juscelino Kubitschek. As construtoras cresceram muito nesse período e já tinham um porte econômico e político bastante razoável às vésperas do golpe de 1964. Porém, seu poder iria crescer de maneira ainda mais pronunciada ao longo do regime civil-militar.

É importante verificar a distribuição regional das empresas de construção, dado que firmas de alguns estados específicos - como São Paulo, Minas Gerais e Bahia - tiveram especial ascensão ao longo da ditadura. Por outro lado, empresas de outros estados e regiões não tiveram a mesma evolução ao longo do regime, ou até sofreram um processo de decadência, como foi o caso das empreiteiras gaúchas.

Em particular, é importante lembrar o caso das empresas cariocas e fluminenses, que, em geral, tiveram uma tendência declinante ao longo dos mais de vinte anos de ditadura. Assim, empresas poderosas antes do golpe de 1964, como SBU (Sociedade Brasileira de Urbanismo)<sup>4</sup> e Quattroni, foram à falência no início da ditadura. Outras empreiteiras cariocas importantes que em alguns momentos tiveram força política e econômica durante o regime, sofreram um processo de decadência e processos de liquidação antes do fim da ditadura, sendo emblemáticos os casos da Metropolitana, Ecisa e Esusa. Conflitos opondo grupos

---

especificidades de cada subsetor podem ser encontradas em CHAVES, Marilena. *Indústria da Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de Mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.

<sup>3</sup> Como exemplo temos a data da fundação da paulista Camargo Corrêa (1938), da baiana Norberto Odebrecht (1944), da mineira Andrade Gutierrez (1948) e da outrora importante Mendes Júnior (1953). Essas informações podem ser encontradas na pesquisa que serviu de base para a elaboração desse trecho do relatório: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*. Niterói: Eduff, 2014. Sobre a formação do setor, outras fontes são ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de (org.). *Estudo sobre Construção Pesada no Brasil*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983; ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de; DAIN, Sulamis; ZONINSEIN, Jonas. *Indústria de Construção e Política Econômica Brasileira do Pós-Guerra: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1982.

<sup>4</sup> A SBU, fundada por Paulo de Frontin, é responsável por obras emblemáticas na antiga capital brasileira, como o Cristo Redentor, a Estrada da Tijuca, o canal do Jardim de Alá e o forte de Copacabana. Suas ligações com figuras do PSD varguista parecem ter sido a causa da sua decadência a partir do governo Carlos Lacerda na Guanabara. Mais em FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1981.

políticos que davam suporte à ditadura com agentes associados ao varguismo e ao regime anterior parecem explicar boa parte desses fenômenos, além de casos resultantes de disputas internas nos segmentos sociais que compunham o próprio bloco de poder da ditadura civil-militar.

Nos dias atuais, poucas são as empreiteiras de porte nacional que têm origem no estado do Rio de Janeiro. As próprias obras públicas, em especial as de grande porte, em andamento no estado do Rio atualmente são em geral realizadas por empresas que foram fundadas em outros estados da federação (apesar de várias delas possuírem sede hoje na cidade do Rio). Esse quadro se deve, em boa medida, à decadência sofrida pelas empresas cariocas e fluminenses durante o governo de Carlos Lacerda no estado da Guanabara (1960-1965) e durante a ditadura (1964-1988).

Depois de formadas, as empreiteiras brasileiras se organizaram em aparelhos da sociedade civil, que desenvolviam atuação coletiva para influenciar e pressionar por políticas públicas favoráveis. Elas estavam presentes em organismos como o carioca Clube de Engenharia (1880), o Instituto de Engenharia paulista (1916), em organizações próprias, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic, 1957) e o Sindicato Nacional da Construção Pesada (Sinicon, 1959), além das associações e aparelhos sindicais de projeção regional, como a Apeop (Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas), a mineira Sicepot-MG (Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais) e a fluminense Associações de Empreiteiros do Estado do Rio de Janeiro (Aeerj), fundada no mesmo ano da fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975<sup>5</sup>.

Esses organismos tiveram intensa atuação no período do regime civil-militar, crescendo e mantendo contato ininterrupto com agências do aparelho de Estado ditatorial, o que foi visível na presença constante de seus representantes junto a ministros, presidentes, governadores, prefeitos, secretários, além de agentes do Legislativo. Era comum também a coincidência entre as demandas e pautas dessas entidades com as medidas tomadas no âmbito das políticas públicas em diferentes momentos<sup>6</sup>. Essas associações tiveram na ditadura um

---

<sup>5</sup> Essas entidades possuem publicações próprias e documentos que foram acessados para a pesquisa sobre a sua atuação ao longo da ditadura. Assim, a Aeerj publica a revista *Construir*, o Sinicon foi responsável em certo período pela publicação do *Informe Sinicon* e o Clube de Engenharia publica o periódico *Revista do Clube de Engenharia*. Além dessas publicações, um projeto mais ousado, realizadas por iniciativa de várias organizações do setor foi o *Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção*, com 20 volumes e lançamento em 1984.

<sup>6</sup> Verificamos casos dessa interface em livros de memórias dessas entidades, como AEERJ. *AEERJ 30 Anos: 30 anos de obras públicas no Rio de Janeiro (1975-2005)*. Rio de Janeiro: AEERJ, 2005; GUEDES, Henrique (APEOP). *A Outra Face do Empreiteiro*. São Paulo: Pini, 1977; HONORATO, César Teixeira (org.). *O Clube de Engenharia nos Momentos Decisivos da Vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Venosa, 1996; INSTITUTO de Engenharia. *Engenharia no Brasil: 90 anos do Instituto de Engenharia, 1916-2006*. São Paulo: Instituto de Engenharia, 2007.

cenário ideal para o desenvolvimento de suas atividades e de suas empresas filiadas. Nesse período, elas dispuseram de acesso direto ao poder, detendo força para pautar as políticas públicas e angariar fatias expressivas do orçamento público para serem direcionados para projetos de obras.

Algumas das mais poderosas entidades do setor - como o Clube de Engenharia, a Cbic e o Sinicon - tinha sede no Rio de Janeiro, que, apesar de sentir a decadência de empresas de origem no estado, parecia ter papel fundamental no mercado nacional de obras públicas, dados os importantes projetos desenvolvidos no estado no período, como a ponte Rio-Niterói, o metropolitano do Rio de Janeiro, a rodovia Rio-Santos, as usinas term nucleares de Angra I e II, dentre outros projetos<sup>7</sup>.

A participação dos empreiteiros em agências que ajudaram a desestabilizar o governo João Goulart e organizar o esforço civil-militar do golpe de 1964, como o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), foi demonstrado no estudo de René Dreifuss<sup>8</sup>. Empresários como Marco Paulo Rabello, da empreiteira Rabello, e Amynthias Jacques de Moraes, da Servienge, financiaram as atividades do Ipes. Uma figura central nesse processo foi Haroldo Cecil Poland, dono da empreiteira Metropolitana, presidente do Sinicon e ativo colaborador do Ipes. Poland era próximo do coronel Golbery do Couto e Silva e foi um dos principais articuladores civis do golpe de 1964. Ele ajudou a levar outros empresários para a causa golpista, inclusive empreiteiros, e teve atuação política intensa nos primeiros anos do novo regime político<sup>9</sup>.

Após o golpe de Estado, a presença dos empreiteiros no aparelho de Estado ao longo dos 24 anos de regime ditatorial foi intensa. Empresários do setor chegaram a ocupar postos centrais no Executivo, como foi o caso do empreiteiro Figueiredo Ferraz, prefeito de São Paulo nos anos 1970. Além disso, a presença e influência dos empresários do setor era especialmente visível em áreas específicas, como pastas ligadas às políticas de Transportes, Energia, Obras e infraestrutura em geral. A presença desses empresários e de representantes dos seus interesses era também verificada nas autarquias e empresas estatais, em especial nas que contratavam serviços de engenharia, como Eletrobrás e suas subsidiárias, Petrobrás e empresas do grupo, Banco Nacional de Habitação (BNH), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Rede Ferroviária Federal (RFFSA), Portobrás, Telebrás,

---

<sup>7</sup> Sobre o caso Angra, ver BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O Negócio do Século: o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

<sup>8</sup> Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981 [1981]. Em particular, p. 636.

<sup>9</sup> Mais detalhes sobre sua trajetória podem ser encontrados em CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001.

dentre outras agências estatais. No âmbito regional e local o poder e influência desses empresários também era visível, em especial em pastas de obras públicas e empresas contratadoras de obras (Cedae, DER-RJ, Sabesp, DER-SP etc)<sup>10</sup>.

Há indícios claros da relação intensa de certas figuras-chave da ditadura com empresários do setor. Assim, o ministro Mário Andreazza, titular da pasta de Transportes no período 1967-1974, e do Interior no governo Figueiredo (1979-1985) tinha relações diretas com empreiteiros e suas organizações, sendo presença constante em atividades e congressos promovidos por entidades como o Sinicon e a Cbic. Antonio Delfim Netto - ministro nos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo - era próximo do empresário Sebastião Camargo, presidente da Camargo Corrêa, e ligado a outros empresários do setor, com elogios públicos a figuras como Olacyr Francisco de Moraes (da empreiteira paulista Constran) e Murillo Mendes (da mineira Mendes Júnior). Ângelo Calmon de Sá, ministro da Indústria no governo Geisel, além de presidente do Banco Econômico, foi diretor da empreiteira Odebrecht no período. Já Eliseu Resende, diretor-geral do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) de 1967 a 1974 e ministro dos Transportes entre 1979 e 1982, tinha grande trânsito entre os empresários do setor, em particular os mineiros, além de também ter sido diretor da Odebrecht<sup>11</sup>.

Além de possuir contatos diretos com agentes do aparelho de Estado, os empreiteiros de obras públicas intensificaram suas relações com as forças armadas durante a ditadura. Além de realizar obras militares, projetos aeroportuários para o Ministério da Aeronáutica e se empenhar em empreendimentos que tinham fins militares indiretos, como o acordo para a construção das usinas nucleares, os empreiteiros se aproximaram ostensivamente de agentes relevantes nas forças armadas brasileiras. Um mecanismo usado pelos empresários do setor para tentar facilitar a atuação junto a agências estatais era a contratação de oficiais militares para os quadros da diretoria da construtora. Assim, empresas como a Mendes Júnior, Rabello e Setal empregavam militares de alta patente em seus quadros<sup>12</sup>. A medida não era

---

<sup>10</sup> Muitas dessas informações foram obtidas através da análise das revistas técnicas do setor, como *O Empreiteiro*, *Construção Pesada*, *O Dirigente Construtor*, *Construção Hoje*, dentre outras.

<sup>11</sup> Essas informações estão disponíveis em GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MENDES, Murillo Valle; ATTUCH, Leonardo. *Quebra de Contrato: o pesadelo dos brasileiros*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004; ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001; DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. *Odebrecht: a caminho da longevidade sustentável?* Dissertação de mestrado em Administração. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>12</sup> Essas informações estão disponíveis em fontes das próprias empresas, como as revistas *Andrade Gutierrez em Revista*; *Horizonte*: informativo interno da Construtora Mendes Júnior; e *ODEBRECHT Informa*.

exclusividade das construtoras e mesmo grande firmas estrangeiras, como Dow Chemical e Caterpillar empregaram agentes centrais da ditadura em seus quadros<sup>13</sup>. Essa interface parece ser emblemática do caráter empresarial-militar do próprio regime político vigente.

Os empreiteiros também desenvolveram uma intensa atuação na imprensa ao longo da ditadura, o que ficou visível especialmente com a compra dos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora* respectivamente das mãos de Niomar Sodré Moniz Bittencourt e Samuel Wainer pelos proprietários da construtora Metropolitana (Mário, Marcelo e Maurício Alencar), representando um grupo de empreiteiros. A atuação dos empresários do setor em grandes jornais de circulação nacional e sua frequente presença em outros meios de comunicação são indicadores do alto poder organizativo e do seu elevado poder político no período. Além disso, esse movimento fazia parte de um projeto mais ousado desse grupo de empreiteiros. A proposta era fazer o ministro dos Transportes Mário Andreazza, grande representante dos interesses desses empresários, o futuro presidente-ditador. O plano acabou frustrado, dentre outros motivos, pela morte prematura do ditador Artur da Costa e Silva. De qualquer forma, os novos donos dos jornais os transformaram em veículos dos seus interesses, concepções de mundo e projetos, agradando a ditadura ao retirar o anterior tom mais crítico e independente dos dois jornais, antes alvos preferenciais da censura no regime<sup>14</sup>.

As empreiteiras brasileiras também figuraram como importantes beneficiárias das políticas estatais adotadas ao longo da ditadura. As reformas do Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo) elevaram os recursos à disposição do aparelho de Estado, com a criação de novos impostos, taxas e poupanças compulsórias. Além da elevação das verbas à disposição do aparato estatal, medidas políticas tomadas no pós-1964 - associadas à repressão política - incorreram na redução das cifras do orçamento endereçadas à Saúde, à Educação e à área social. Com isso, parte significativa dos recursos públicos, em especial durante o chamado "milagre brasileiro" (entre 1968 e 1973), era direcionada para investimentos estatais, na forma de obras de infraestrutura. Associado a isso, os fundos setoriais tinham grande previsão de arrecadação, o que os permitia contrair empréstimos internacionais, que eram fartos e baratos até 1973. Com isso, houve uma soma de recursos de envergadura nunca antes alocada em obras públicas, gerando uma demanda sem precedentes para as empreiteiras. Mesmo com os rearranjos decorrentes do choque econômico de 1973, as diretrizes das

---

<sup>13</sup> Ver mais em CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*. op. cit.

<sup>14</sup> Mais detalhes em WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver*: memórias de um repórter. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988 [1987]; ROUCHOU, Joëlle. *Samuel*: duas vozes de Wainer. 3ª ed. Rio de Janeiro: EdUniverCidade, 2004 [2004]; ANDRADE, Jefferson Ribeiro de. *Um Jornal Assassino*: a última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991; CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas*: David Nasser e O Cruzeiro. 2ª ed. São Paulo: EdSENAC-SP, 2001, dentre outros.

políticas públicas permaneceram favoráveis às empresas do setor, em que pese a estratégia adotada em 1974 de manutenção das altas taxas de crescimento econômico mesmo com o cenário internacional desfavorável. Isso permitiu a continuidade de grandes projetos de infraestrutura tocados pelos empreiteiros. Mesmo com os arranjos posteriores, a manutenção das obras de grandes empreendimentos, como as usinas de Itaipu, de Angra e Tucuruí permitiram às maiores empreiteiras a manutenção de um alto nível de atividade até o final do regime<sup>15</sup>.

Outra medida favorável foi a criação de uma reserva de mercado para as empreiteiras brasileiras sobre as obras públicas realizadas no país. Após a campanha realizada durante o governo Castello Branco (1964-1967) pelos empresários da engenharia - com a liderança do Clube de Engenharia - contra a presença de firmas estrangeiras em áreas e projetos em que havia empresas domésticas capacitadas, o governo Costa e Silva resolveu reverter a política de contratação de empresas de fora do país. Após o AI-5, no início de 1969, com o Congresso nacional fechado, o governo federal baixou um decreto-lei que impedia empresas de engenharia não-brasileiras de realizar obras e outros serviços demandados pelo aparelho de Estado e suas agências. Assim, criava-se uma reserva no mercado de obras públicas contratadas no país apenas para as empresas nacionais, registradas no país e controladas por brasileiros. A medida, justificada por questões como segurança nacional e incentivo ao desenvolvimento da tecnologia doméstica, permitiu que as empreiteiras nacionais gozassem sem concorrência estrangeira da rica demanda de obras públicas no país ao longo da década de 1970. Os efeitos foram a ampliação das margens de lucros que as empreiteiras brasileiras poderiam auferir de cada uma das obras, além da facilitação das práticas cartelistas, que eram muito comuns no setor e que tinham justamente nas associações e sindicatos os lugares

---

<sup>15</sup> Sobre a política econômica durante a ditadura, há uma bibliografia razoável, como SINGER, Paul Israel. *A Crise do “Milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1977]; CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LESSA, Carlos Luiz. *Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Brasília: Funcep, 1988; TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos. *O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985; OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica da Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972]; OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977 [1977]; PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. “O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

preferenciais para a realização de acertos, como divisão dos projetos a cargo de cada empresa, margens de ganho em cada obra, subcontratação e lances em licitações e concorrências<sup>16</sup>.

Além dos elevados recursos orçamentários direcionados para as obras do setor e reserva de mercado, as empreiteiras gozaram de isenções fiscais, facilidades para aquisição de máquinas com linha especial de crédito do BNDES (o Finame) e outras linhas de financiamento especial, recursos públicos direcionados através do instrumento específico do regime para a política habitacional, o BNH<sup>17</sup>, dentre outras medidas de benefício.

Uma área interessante de favorecimento a partir da década de 1970 foi a política externa, com auxílio para a atuação internacional das empreiteiras brasileiras, através de crédito para suas atividades no exterior, possibilidade de dedução do Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica nos ganhos auferidos no exterior e suporte diplomático às suas incursões na América do Sul, África e Oriente Médio<sup>18</sup>.

Por fim, a própria política sindical, trabalhista e salarial da ditadura era benéfica às empresas de construção, contratadoras de grandes contingentes de força de trabalho, e que viram seus custos com mão-de-obra serem minorados com as políticas da ditadura para os trabalhadores. A política para os trabalhadores incorreu em benefício para os empresários do setor, por haver repressão, perseguição e até fechamento aos sindicatos e sindicalistas mais ativos. A política do "arrocho" salarial beneficiava as empreiteiras, que eram grandes empregadoras de força de trabalho e viram suas despesas reduzirem com a queda real do valor dos salários dos operários. Em relação à saúde e segurança do trabalhador nos canteiros de obras, a ditadura foi relapsa, o que permitiu que os empresários do setor economizassem em equipamentos e instrumentos de segurança, em favor de suas margens de lucro, tendo como consequência nefasta o aumento do número de acidentes e mortes no trabalho, sendo a construção civil a líder nessas estatísticas. À medida que o regime se fechava, os órgãos de fiscalização (como imprensa, partidos, Legislativo, justiça, movimentos sociais etc.) sobre irregularidades, atrasos e serviços mal realizados nas obras públicas foram sendo cerceados ou

---

<sup>16</sup> CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1993; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais*. op. cit.

<sup>17</sup> Sobre o Banco Nacional de Habitação, ver, dentre outras obras, FONTES, Virgínia. *Rupturas e Continuidades na Política Habitacional Brasileira, 1920-79*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1986.

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimentismo e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "A diplomacia das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada e a política externa brasileira". In: *I Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Abri*. Brasília Abri, 2012. p. 1-16.



calados, permitindo que os empreiteiros de obras públicas dispusessem de atos diversos para elevar suas margens de lucro<sup>19</sup>.

Sobre a participação de empresários da construção na repressão política e no terror de Estado, há alguns relatos de seu envolvimento com essas práticas. Há indícios de que a Camargo Corrêa doou recursos para a Operação Bandeirantes (Oban), ação da repressão em São Paulo responsável pela perseguição, tortura e assassinato dos membros e grupos da resistência armada à ditadura. Além da Camargo Corrêa, outras empresas que se notabilizaram por doar recursos e prestar apoio à Oban foram a Folha de São Paulo, grupo Ultra (incluindo a subsidiária Ultragás), Nestlé, General Electric, Mercedes-Benz e outras. Consta que por conta de seu amplo apoio à Oban, Sebastião Camargo, proprietário e presidente da Camargo Corrêa, foi um dos empresários listados como alvo do "justiçamento" pela Aliança Libertadora Nacional (ALN). O movimento da esquerda armada acabou executando o dirigente empresarial Henning Boilesen, presidente da Ultragás. De qualquer forma, Camargo, ao saber que era visado pela ALN, enviou sua família para o exterior e aumentou significativamente sua segurança particular<sup>20</sup>. Há também denúncias de uso da tecnologia de explosivos usados por empresas de construção civil para os atentados da direita terrorista ao final da ditadura<sup>21</sup>.

Por fim, a atuação, apoio e benefícios recebidos pelos empresários brasileiros da construção durante o regime ditatorial parece ser um tema de central importância para a atual vida política da democracia brasileira. Com grande poder econômico e político nos dias de hoje, as grandes empreiteiras brasileiras devem em boa medida seu porte, riqueza e poder ao impulso obtido pela ditadura e suas políticas favoráveis ao setor. Uma questão central para o

---

<sup>19</sup> Para isso, ver SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Trabalhadores Pobres e Cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 1994; KLAUSMEYER, Maria Luiza Cristofaro. *O Peão e o Acidente de Trabalho na Construção Civil no Rio de Janeiro: elementos para uma avaliação do papel da educação nas classes trabalhadoras*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: FGV, 1988; COUTINHO, Ronaldo do Livramento. *Operário de Construção Civil: urbanização, migração e classe operária no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Operários e Política: estudo sobre os trabalhadores da construção civil em Brasília*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Brasília: UnB, 1978; ROCCA, Miriam Cantelli. *Uma das Faces do Capitalismo Selvagem no Brasil: a (in)segurança do trabalho na construção civil*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 1991; VALLADARES, Lícia do Prado. "O caso dos operários do Metrô do Rio de Janeiro. In: *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>20</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 59-67; MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971*. Dissertação de mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Ver também o filme *Cidadão Boilesen*, dirigido por Chaim Litevsky em 2009.

<sup>21</sup> Jornal *O Globo*. Edição de 24 de abril de 2011, p. 3, 4, e 5. 'Linha direta com o terror: Agenda do sargento que morreu no Riocentro revela, após 30 anos, rede de conspiradores do período'.

regime político atual deve ser entender em que medida esses importantes agentes da economia e do Estado brasileiro hoje foram ou não sócias da ditadura civil-militar de 1964.